

**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE
DIREITO DO VETOR NORTE**

DIREITOS HUMANOS E INTERNACIONAL

A532

Anais do V Congresso Internacional de Direito do Vetor Norte [Recurso eletrônico on-line]
organização Faculdade de Minas – Belo Horizonte;

Coordenadores: Raphael Moreira Maia, Sílvio Teixeira da Costa Filho e Camila Ramos
Celestino Silva – Belo Horizonte: FAMINAS, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-367-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito e Resistência Democrática no Brasil pós pandemia.

1. Direito. 2. Pandemia. 3. Democracia. I. V Congresso Internacional de Direito do Vetor
Norte (1:2021 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO DO VETOR NORTE

DIREITOS HUMANOS E INTERNACIONAL

Apresentação

As mudanças tecnológicas, políticas, culturais dos últimos anos trouxeram impactos em todas as esferas da vida. E, sem dúvida, a pandemia do COVID-19 acrescentou ainda mais mudanças, abalos e dúvidas. E isso repercute na esfera pública, na esfera política e na esfera do Direito.

Por isso, o Congresso Internacional do Vetor Norte, em 2021, chegou a sua quinta edição sob o tema central "O Direito e a resistência democrática no Brasil pós pandemia".

A proposta do V Congresso Internacional do Vetor Norte foi proporcionar discussões e debates para pensar a democracia e cidadania de forma ampla, de modo a contemplar as noções macro e públicas como constitucionalismo e questões micro e privadas: como direito sucessórios, testamentos emergenciais e etc.

Isso, pois entende-se que a cidadania e autonomia do cidadão está em conhecer seus direitos no espaço público e espaço privado, bem como partiu-se da ideia que defender o conhecimento emancipador é defender o Estado Democrático.

Nesse sentido, propôs-se grupos de trabalho e painéis que debatessem as repercussões desse novo normal nos nossos Direitos públicos e privados, repercussões essas que antecedem a COVID-19, se afluíram na pandemia e certamente continuarão no pós-pandemia.

Dessa forma, buscou-se levar aos congressistas a experiência de imersão reflexiva sobre direitos políticos, direitos sociais e direitos privados para esse momento em que se começa ver a luz no fim do túnel da pandemia, de modo que possamos avançar e não retroceder como sociedade democrática.

E dessa experiência de fomento de reflexão e pesquisa acadêmica, mas, sobretudo, de compartilhamento de conhecimento, alcança-se o presente fruto: os presente anais são a reunião desses debates, ideias, críticas, reflexões presentes na V Congresso Internacional do Vetor Norte.

Organizadores

Raphael Moreira Maia

Sílvio Teixeira da Costa Filho

Camila Ramos Celestino Silva

**RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA NO VETOR NORTE DE BELO HORIZONTE –
RESISTE IZIDORA!**

**DEMOCRATIC RESISTANCE IN THE NORTH VECTOR OF BELO HORIZONTE
– RESIST IZIDORA!**

Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas ¹

Resumo

O presente resumo busca apresentar um histórico de formação das ocupações da Izidora constituída pelas comunidades Helena Greco, Rosa Leão, Esperança e Vitória na região norte de Belo Horizonte e que reúnem cerca de 8.000 famílias em luta por direitos humanos básicos. Em seguida, busca-se abordar o cenário de insegurança alimentar vivido no Brasil atualmente e apresenta-se por via da pesquisa militante as respostas comunitárias forjadas territorialmente que pela agroecologia e hortas comunitárias garantem segurança alimentar e renda para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Ocupações, Direito à alimentação, Direitos humanos

Abstract/Resumen/Résumé

This summary seeks to present a history of the formation of Izidora occupations constituted by the Helena Greco, Rosa Leão, Esperança and Vitória communities in the northern region of Belo Horizonte, which unite around 8,000 families fighting for basic human rights. Then, it seeks to address the food insecurity scenario experienced in Brazil today and presents, through militant research, community responses forged territorially that by agroecology and community gardens guarantee food security and income for families in situations of social vulnerability.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Occupations, Right to food, Human rights

¹ Advogado Popular, mestre e doutor em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Introdução

As chamadas ocupações de pessoas sem-teto da Izidora são formadas por quatro comunidades que reúnem cerca de 8.000 famílias - Helena Greco, Rosa Leão, Esperança e Vitória e estão localizadas na região do vetor norte de Belo Horizonte, em região limítrofe ao município de Santa Luzia. Em 2016 o conflito envolvendo a possibilidade de despejo forçado nas comunidades da Izidora foi colocado entre os sete conflitos de maior envergadura do mundo por apreciação do Tribunal Internacional de Despejos, durante o Fórum Social Urbano Alternativo e a Conferência das Nações Unidas, realizada no dia 17 de outubro daquele ano, na cidade de Quito, Equador. O júri do Tribunal concluiu pela obrigação por parte do poder público de assegurar os direitos urbanos de todas as famílias das ocupações da Izidora, procedendo à regularização fundiária plena nas áreas e a construção de processos de gestão democrática da cidade.

A ocupação Helena Greco surgiu no ano de 2011 em terreno reivindicado naquele momento pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) sendo que no dia 21 de outubro de 2011 fiscais da municipalidade, Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e Guarda Municipal, sem ordem judicial, derrubaram 27 casas de alvenaria sem possibilitar a retirada de pertences pelos moradores, promovendo momentos de terror ao utilizar-se de gás de pimenta no rosto das pessoas, inclusive atingindo crianças. Os relatos sobre esses fatos foram objeto de audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belo Horizonte no dia 14 de dezembro de 2011.

Entre os meses de maio e julho de 2013, surgiram de forma espontânea as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, fruto da necessidade de famílias que compunham o déficit habitacional no município, principalmente sofrendo o impacto dos componentes do ônus excessivo com aluguel ou as limitações impostas pela coabitação que gera situações de constrangimento cotidiano frutos do adensamento de pessoas na mesma moradia. Desde o surgimento das Ocupações da Izidora a ameaça de despejo forçado foi real para que acontecesse o Empreendimento Granja Werneck, como resultado da “*Operação Urbana do Isidoro*”, aprovada em 2010. O referido instrumento de política urbana, naquele momento, funcionou como dispositivo de política habitacional que visava potencializar atividades imobiliárias em perda de uma política de preservação de uma área ocupada para fins de segurança do direito à moradia adequada e à cidade, com necessidades imediatas de direitos urbanos tais como infraestrutura, serviços de água, luz, esgotamento, equipamentos urbanos, acesso à saúde, educação, assistência social, acesso à política de saúde mental de Belo Horizonte e que

deveriam ser objeto da Operação Urbana Consorciada (OUC) - investimento em urbanização e regularização fundiária plena.

A região da Izidora envolve uma área de extensão territorial de 10 milhões de m², formada por uma grande área verde remanescente diante da intensa urbanização da cidade, abrigando diversas nascentes e constituída por milhares de famílias que de forma autogestionada consolidaram modos de viver a cidade que se estabeleceram como processos contínuos de gestão democrática da cidade. A Operação Urbana do Isidoro se desmembrou em uma espécie de modalidade simplificada que previa um projeto urbanístico com implantação de um sistema viário de grande impacto com cerca de 13.000 mil unidades por via de loteamento do território para receber atividades econômicas aliadas ao forte adensamento populacional previsto. Em Nota Pública da Rede Cidades UFMG sobre o conflito socioterritorial na região da Izidora o instrumento da Operação Urbana Simplificada da Izidora foi apontada da seguinte forma:

O instrumento da Operação Urbana Simplificada é equivocado para urbanizar áreas de grandes proporções territoriais e de virtualidade ambiental emblemática. Além disso, esse instrumento urbanístico negocial deve envolver um justo equilíbrio entre vantagens oferecidas pelo Poder Público Municipal ante a flexibilização de parâmetros e as contrapartidas obrigatórias aos particulares beneficiados. No caso da Operação Urbana do Isidoro há evidências de que esse equilíbrio está sendo violado e as compensações privadas estão aquém do necessário para arrecadação do Fundo que reinvestiria o benefício em infraestrutura técnica e social na área (Nota Pública da Rede Cidades UFMG sobre o conflito socioterritorial na região da Izidora).

A violência e controle militarizado sobre a luta dos moradores da Izidora aconteceram em vários momentos, seja pela repressão direta com uso de força em manifestações, seja controle permanente dos territórios, seja pela ameaça de despejo forçado dos ocupantes. No curso do processo várias lutas foram realizadas ocupantes, movimentos sociais e ampla rede de apoio que realizaram audiências públicas nas Comissões de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte (CMBH) e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), reuniões com autoridades públicas de diversos níveis da federação, marchas até a Cidade Administrativa e a Prefeitura de Belo Horizonte, trancamento de vias públicas, além de ocupações de prédios públicos como forma de pressão por uma negociação justa e contra o despejo. Tal conjunto de ações foram reunidas na insígnia #ResisteIzidora que conseguiu superar as ameaças de despejo forçado e buscar a afirmação de direitos.

Objetivo e metodologia

O presente resumo parte do desafio de engajamento direto, pela pesquisa militante, em lutas territoriais para a transformação da realidade urbana e do país visando a segurança de direitos humanos no ambiente urbano e comunitário local. Uma pesquisa militante é caracterizada pela ação política que transforma a realidade injusta aliando reflexão crítica e teórica com a prática de lutas populares e comunitárias que articulam uma diversidade de sujeitos como pesquisadores, movimentos sociais, organizações políticas comprometidas com a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações em um processo de conhecer, fazer e transformar. É uma contribuição militante para ações políticas que buscam desde a articulação política em territórios populares que resistem promover a mudança social e, ao mesmo tempo, que os sujeitos individuais e coletivos também reposicionam o seu lugar social na busca por justiça social. (JAUMONT; VARELLA, 2016, pág. 433).

A pesquisa tem o objetivo de apresentar uma concepção de direito e de segurança dos direitos humanos conquistados nas lutas comunitárias e, para isso, busca abordar o caso das ocupações da Izidora em sua luta pela afirmação do direito à moradia adequada que engloba também o direito à alimentação em um contexto de aumento da insegurança alimentar no Brasil, notadamente no presente ano.

A luta pelo direito humano à alimentação nas comunidades da Izidora

Os direitos humanos são concebidos para que as pessoas possam afirmar sua felicidade e dignidade, para isso é necessário a segurança dos direitos sociais básicos e estão inseridos em uma racionalidade de resistência considerando que traduzem processos de luta para afirmação da dignidade humana (PIOVESAN, 2007, pág. 08). O direito humano à alimentação adequada é previsto como direito social previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Esse direito efetiva-se pelo acesso da pessoa aos meios necessários para obter, de forma ininterrupta, alimentos de qualidade, combatendo a fome, a desnutrição de maneira a possibilitar uma vida com saúde.

Apesar da previsão normativa, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, mostrou que em 55,2% dos domicílios brasileiros os habitantes convivem com insegurança alimentar, um aumento de 54% desde 2018 (36,7%). Isso significa que 116,8 milhões de brasileiros estão sem acesso permanente a alimentos, sendo que

43,4 milhões (20,5% da população) não contam com alimentos em quantidade suficiente, configurando situação de insegurança alimentar moderada ou grave, e 19,1 milhões (9% da população) está passando fome o que gera situação de insegurança alimentar grave. Outra pesquisa, “*A Favela e a Fome*”, realizada pelo Instituto Locomotiva e pela Central Única de Favelas (Cufa), mostra que 68% dos moradores de favela no Brasil não tiveram dinheiro para comprar comida em ao menos um dia nas duas semanas anteriores ao levantamento de dados em fevereiro deste ano. Além da falta de renda para o alimento, o levantamento mostra que o número de refeições diárias dos moradores caiu de uma média de 2,4 em agosto de 2020 para 1,9 em fevereiro de 2021, o que significa que nem todas as pessoas de um mesmo grupo familiar conseguiram fazer três refeições diárias. O número recorde de desempregados no Brasil, a ausência de uma renda cidadã ou auxílio emergencial estável, a crise econômica agravada pela pandemia do novo coronavírus e a ausência de uma política pública efetiva de combate à fome levaram a essa situação.

Tal cenário levou as coordenações das ocupações da Izidora a acionarem uma ampla rede de apoio para garantia da segurança alimentar dos ocupantes empreendendo um processo de cadastramento de famílias em situação de risco social, encaminhamentos para políticas públicas, mobilização de doações e distribuição de alimentos como forma comunitária de articulação política para afirmação do direito humano à alimentação básica. Dessa forma, garante-se que os moradores das ocupações sofram a privação extrema de não ter alimentos para sua reprodução.

Outro trabalho que guarda relação com a afirmação da segurança alimentar na ocupação Vitória é feito em torno das hortas comunitárias que seguem os pressupostos da agroecologia. Diversos tipos de plantas, hortaliças, temperos, legumes, frutas e plantas medicinais são cultivadas como maneira de estabelecer novas relações sociais e outras relações sociais com o uso da terra no espaço urbano. Mutirões de trabalho coletivo são manejados como ferramentas para implementação de hortas comunitárias e, além disso, quintais produtivos no âmbito de algumas famílias são uma forma de produção saudável de alimentos

Assim, por via do trabalho coletivo e solidário promove-se o desenvolvimento socioambiental em comunidades periféricas inseridas no vetor norte de Belo Horizonte fortalecendo-se uma rede de agricultura urbana em ocupações de sem-teto afirmando-se cidades sustentáveis que possam gerar segurança alimentar e bem-estar. Além disso, as hortas comunitárias são também fonte de geração de renda considerando que os moradores comercializam parte de suas

produções familiares em feiras organizadas pelo poder público ou fazem a venda direta de cestas agroecológicas.

Conclusão

O presente resumo buscou apresentar um breve histórico das ocupações da Izidora formadas pela luta de milhares de famílias por direitos humanos básicos tais como o direito à moradia adequada, o direito à cidade e o direito à alimentação adequada. Apresentou-se como se formaram as ocupações Helena Greco, Rosa Leão, Esperança e Vitória e mesmo diante do controle militarizado e da possibilidade de despejo forçado foi possível pela resistência afirmar direitos.

No desenvolvimento do resumo foi abordado a luta pelo direito à alimentação adequada em um cenário de crescimento da insegurança alimentar no país mostrando-se como lideranças das ocupações foram fundamentais para articular um sistema de identificação das famílias necessitadas e mobilizar doações de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso apresentou-se a agroecologia e o trabalho coletivo em hortas comunitárias como forma de estabelecer novas sociabilidades que observem o cuidado na produção de alimentos saudáveis.

Referências Bibliográficas

A Favela e a Fome. Disponível em: <https://www.ilocomotiva.com.br/estudos>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 10 de outubro de 2021.

LAUREANO, Delze do Santos. O MST e a Constituição – um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. Revista Direito e Práxis, vol. 7, núm. 13, págs. 414-464, Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro (UERJ), Brasil, 2016.

JAYME, Fernando. Direitos Humanos e sua efetivação pela corte interamericana de direitos humanos. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

Nota Pública da Rede Cidades UFMG sobre o conflito socioterritorial na região da Izidora. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/nota-publica-da-rede-cidades-ufmg-sobre-o-conflito-socioterritorial-na-regiao-da-izidora/>. Acesso em 07 de setembro de 2021.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e justiça internacional. São Paulo: Saraiva, 2007.

TOFANELLI, Vivian Franchi. DOS TRABALHOS COLETIVOS AOS COLETIVOS DE TRABALHO: uma experiência agroecológica em uma ocupação urbana. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

VASCONCELOS DE FREITAS, Luiz Fernando. Do Profavela à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.